

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS E INSUMOS PARA ROÇADEIRAS**, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 **Requisitante:** Almoxarifado Central

Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preço

1.3 **Fundamentação legal:** (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal 11.462/2023.

1.4 **Período:** 1 (um) ano

1.5 **Tipo:** Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I.

1.6 Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS E INSUMOS PARA ROÇADEIRAS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO MATERIAL.	U/C	MARCA	QUANT.
COTA EXCLUSIVA					
01	417993	Balde plástico com capacidade de 12 litros, com alças em aço, fundo com desenho anatômico para tombamento.	UN		200
02	465869	Broxa Retangular, cabo de madeira, com medidas aproximadas de 19x8cm.	UN		200
03	356080	Carretel de nylon, polimatic manual com tamanho da rosca de 12mm.	UN		250
04	356080	Carretel de nylon, polimatic manual com tamanho da rosca de 10mm.	UN		250
05	483309	Carro coletor de lixo com tampa com capacidade de 120 Litros, fabricado em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) 100% virgem, proteção UV –classe 8 – UV8, resistente ao frio, calor e produtos	UN		200

		químicos. com duas rodas de borrachas maciça. Pedal para abertura da tampa.			
06	216740	Cavadeira reta, em aço, com cabo metálico medindo 120 cm	UN		200
07	423357	Colher de pedreiro profissional em aço carbono, nº 10	UN		200
08	442744	Conjunto de pneu e câmara para carrinho de mão medindo 3.25-8	UN		300
09	215184	Facão - em aço, cabo anatômico em madeira resistente, comprimento aproximado 22 polegadas.	UN		100
10	216741	Foice roçadeira sem cabo	UN		300
11	602558	Kit de peneira metálica para limpeza de piscina, com cabo em alumínio medindo aproximadamente 1,60m para limpeza do chafariz.	UN		20
12	316333	Lápis para carpinteiro	UN		50
13	483241	Lima chata tipo murça com no mínimo 10", fabricada em aço carbono e cabo em polipropileno.	UN		300
14	262706	Linha para pedreiro 8mm, rolo com 100m	UN		50
15	467401	Óleo lubrificante mineral para motores 2 tempos à gasolina, viscosidade SAE 30, API TC, para uso em roçadeiras e motosserras, embalagem plástica de aproximadamente 500 ml.	UN		1.500
16	442124	Pé de cabra com corpo em aço forjado, com ponta alavanca chata e ponta encaixe em V (unha), medindo de 60cm e 65 cm.	UN		50
17	431280	Pedra de afiar dupla face, retangular, medindo 8".	UN		300
18	603268	Picareta alvião, com cabo de madeira, medindo entre 90cm e 95 cm.	UN		300
19	356080	Prato giratório de proteção, com furo de 13mm, tradicional.	UN		100
20	356080	Prato giratório de proteção, com furo de 16mm, tradicional.	UN		100

21	442255	Prumo de 1Kg (Corpo em aço, calço guia de madeira, cordão de nylon medindo 2 metros)	UN		50
22	239089	Trena com 30m (caixa plástica aberta) resistente à impactos, fita feita em PVC, com gancho na ponta para fácil fixação da fita durante longas medições. Escala graduada com divisão em mm e duas classes de precisão com manivela para recolhimento da fita.	UN		50
23	402542	Trena laser 50 metros de alcance, proteção contra quedas, pó e respingos d'água, com medição de área e volume e medição contínua, secundária de Pitágoras, Teorema de Pitágoras indireto, adição e subtração e memória para, pelo menos, 20 gravações.	UN		30
24	417310	Vassoura de grama metálica regulável com 22 dentes, cabo de madeira medindo 1,20m comprimento.	UN		200
25	458449	Vela de ignição M-14, para roçadeiras de diversas marcas e modelos, perfuradores de solo, motosserras, walkmmachines, etc.	UN		250
26	328217	Alicate universal - forjado em aço, 8"203mm, cabo anatômico emborrachado. AMOSTRA	UN		150
27	265028	Arco de serra lâmina com acabamento cromado, cabo ergonômico , Tamanho aproximado: 12" AMOSTRA	UN		50
28	476081	Cadeado 25mm (Corpo de latão maciço, haste em aço temperado e cromado, molas de aço inoxidável, chaves de latão), embalados em caixas individuais, contendo a descrição completa do produto. AMOSTRA	UN		100
29	312856	Cadeado 35mm (Corpo de latão maciço, haste em aço temperado e cromado, molas de aço inoxidável, chaves de latão), embalados em caixas individuais, contendo a descrição completa do produto. AMOSTRA	UN		100

30	339785	Cadeado 40mm (Corpo de latão maciço, haste em aço temperado e cromado, molas de aço inoxidável, chaves de latão), embalados em caixas individuais, contendo a descrição completa do produto. AMOSTRA	UN		100
31	454931	Cadeado 45mm (Corpo de latão maciço, haste em aço temperado e cromado, molas de aço inoxidável, chaves de latão), embalados em caixas individuais, contendo a descrição completa do produto. AMOSTRA	UN		100
32	371770	Cadeado 50mm (Corpo de latão maciço, haste em aço temperado e cromado, molas de aço inoxidável, chaves de latão), embalados em caixas individuais, contendo a descrição completa do produto. AMOSTRA	UN		100
33	601983	Cavadeira articulada em aço carbono com cabo de madeira medindo 120 cm. AMOSTRA	UN		100
34	317027	Enxada larga de 2,5 libras, sem cabo, forjada em aço carbono; com reforço anti-deformidade, temperada em todo corpo da peça, pintura eletrostática a pó. AMOSTRA	UN		400
35	402024	Enxadão estreito de 2,5 libras, sem cabo, forjada em aço carbono; com reforço anti-deformidade, temperada em todo corpo da peça, pintura eletrostática a pó. AMOSTRA	UN		300
36	604732	Fita isolante de filme PVC anti-chamas com 19mm x 20m. AMOSTRA	UN		100
37	404536	Gadanho curvo (Forcado Curvo), com 4 dentes em aço carbono, pintura eletrostático a pó, sem cabo. AMOSTRA	UN		200
38	396872	Gadanho reto (Forcado Reto), com 4 dentes em aço carbono, pintura eletrostática a pó, sem cabo. AMOSTRA	UN		300
39	364456	Lâmina de corte para roçadeira, 2 facas (2 pontas), em aço cromo com 355X1,8mmX20mm, aproximadamente. AMOSTRA	UN		1.500

40	416251	Lâmina de serra manual com 12" x 32 dentes. AMOSTRA	UN		300
41	245151	Martelo tipo unha, com 25mm, corpo em aço e cabo de madeira. AMOSTRA	UN		150
42	466631	Pá de bico (Ajuntadeira) nº 4, confeccionada em aço-carbono, reforçada, temperada em todo o corpo da peça; pintura eletrostática a pó, cabo de madeira. Tamanho da pá: 320 X 270 mm. Comprimento Cabo: 70 cm e 75 cm. AMOSTRA	UN		300
43	470913	Pá quadrada, nº 4, confeccionada em aço-carbono, reforçada, temperada em todo o corpo da peça; pintura eletrostática a pó, cabo de madeira com empunhadura em "Y" medindo entre 70 e 75 cm. AMOSTRA	UN		500
44	271516	Ponteiro manual de aço com 12". AMOSTRA	UN		300
45	283563	Rolo de fio de Nylon, quadrado, com 3mm de espessura, bobinas com aproximadamente 2 Kg. AMOSTRA	UN		500
46	378138	Serrote com lâminas em aço carbono temperado e lixado, cabo de madeira ergonômico e envernizado, com 24".Proteção plástica para os dentes. AMOSTRA	UN		50
47	247662	Serrote de poda, com 12", cabo de madeira com 1,50m, para alcance de galhos altos, uso em jardinagem. AMOSTRA	UN		50
48	251611	Talhadeira sextavada 12" forjada em aço. AMOSTRA	UN		300
49	310497	Torquês armador em aço carbono de no mínimo 12". AMOSTRA	UN		150
COTA PRINCIPAL					
50	452395	Carrinho de mão com capacidade mínima de 50 litros, pneu com câmara de ar, caçamba de aço, reforçada, estrutura do carrinho (pés e caçamba) desmontáveis. AMOSTRA	UN		375

52	364456	Lâmina de corte para roçadeira, 2 facas (2 pontas), em aço cromo com 355X1,8mmX25,4mm, aproximadamente. AMOSTRA	UN		2.250
COTA RESERVADA					
51	452395	Carrinho de mão com capacidade mínima de 50 litros, pneu com câmara de ar, caçamba de aço, reforçada, estrutura do carrinho (pés e caçamba) desmontáveis. AMOSTRA	UN		125
53	364456	Lâmina de corte para roçadeira, 2 facas (2 pontas), em aço cromo com 355X1,8mmX25,4mm, aproximadamente. AMOSTRA	UN		750

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da publicação do extrato de ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Anualmente a Secretaria de Infraestrutura e Logística atende as demandas apresentadas através de processos de aquisição dos materiais. Estes processos são imprescindíveis para continuidade e garantia dos trabalhos, uma vez que o Almoxarifado Central é responsável pela distribuição regular dos materiais aos setores, de acordo com as solicitações feitas através de requisição pelo Sistema de Almoxarifado.

2.3 É de conhecimento geral que a responsabilidade de conservação e recuperação dos logradouros públicos, próprios municipais (praças, parques, pontes, prédios da administração e etc), estradas e vias vicinais é do Município, sendo estes serviços executados pelas Secretarias de Serviços Públicos e Obras, e ainda pelas Subprefeituras

(Olaria/Cônego/Cascatinha, Conselheiro Paulino, Campo do Coelho e São Pedro da Serra/Lumiar).

Tendo em vista que o Município já dispõe de toda a estrutura necessária para execução dos serviços, inclusive com mão de obra, a aquisição dos insumos nos parece a solução mais adequada para atender.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A aquisição se dará através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preço (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21):

Os bens serão adquiridos por meio de um registro de preço, no qual o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre o Município e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, com 1 (um) ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital. Uma vez não ser possível precisar com exatidão a quantidade a ser utilizada no período pretendido.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Todos devem ser entregues em suas embalagens originais, contendo dados impressos, tais como marca, modelo, data de fabricação e validade, de forma clara e de fácil visualização.

4.3 Adoção de critérios e práticas de sustentabilidade pela contratada com utilização de mecanismos de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

4.4 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes;

4.5 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.6 Assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços;

4.7 Seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais, obtendo maior eficiência na utilização de recursos naturais tais como água e energia.

4.8 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

4.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.11 Deverão estar a cargo da Contratada os encargos inerentes ao transporte e descarregamento dos objetos adquiridos nesta contratação.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega do produto é de 30 (trinta) dias corridos , contados do dia seguinte do recebimento da Nota de Empenho, ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível a entrega do produto na data determinada, a empresa deverá comunicar as suas razões, com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, para que qualquer pedido de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito e de força maior.

5.3 Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação da amostra, ou seja, a Contratada deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora aprovado. O não cumprimento desde subitem, permitirá por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.4 O item deverá ser entregue no seguinte endereço e horário:

Nome do requisitante: ALMOXARIFADO CENTRAL

Endereço: Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130A - Conselheiro Paulino
Nova Friburgo - RJ.

Horário de entrega: De segunda à quinta-feira das 09:00 horas às 14:00 horas.

5.5 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nos Anexos da Contratação.

5.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8 Na hipótese da não ocorrência do subitem anterior dentro do prazo fixado, reputar-se-à como realizada consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor do produto pela perfeita execução do contrato.

5.10 Os prazos de entrega deverão ser cumpridos rigorosamente, não serão admitidos atrasos, ou prorrogação de prazo, sem justa alegação.

5.11 Os materiais deverão ser entregues de acordo com a especificação e quantidade solicitadas, ou seja, os itens requisitados deverão ser entregues em sua totalidade, de uma só vez, dentro do prazo estipulado, conforme informado na requisição.

5.12 O material não será recebido fora dos dias e horários indicados acima.

6. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1 Com a finalidade de garantir as especificações dos itens, para melhor atendimento ao interesse do Órgão Requisitante, através de suas Secretarias, Subprefeituras e Fundação D. João VI, a Secretaria de Infraestrutura e Logística, se reserva o direito de solicitar amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s).

6.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e marca;

6.3 O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será de 05 (cinco) dias úteis, que será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública.

6.4 As amostras deverão ser entregues, na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, endereço: Av. Alberto Braune, 225, Centro - Nova Friburgo - CEP 25613-001, no horário de 09h às 16h.

6.5 A Secretaria de Infraestrutura e Logística prevê 5 dias úteis para análise da(s) amostra(s) apresentada(s). Serão verificadas as propriedades, funcionalidade e durabilidade, visando pleno atendimento do descritivo e garantia da qualidade, tal avaliação será realizada por integrantes das: Secretaria de Obras, Secretaria de Serviços Públicos e Almoxarifado Central.

6.6 Após análise do produto apresentado, a Secretaria avaliadora comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios, ou reprovada, na falta de pelo menos um deles. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

6.7 Serão desclassificadas as empresas que não apresentarem as amostras dentro do prazo previsto.

6.8 Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação da amostra, ou seja, a Contratada deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições que fora aprovado. O não cumprimento desde subitem, permitirá por parte da CONTRATANTE, aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.13 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no

curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

7.14 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão designados posteriormente pela autoridade requisitante, antes da execução do objeto, através de publicação de Ordem de Serviço.

7.15 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para providências cabíveis (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.16 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.17 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.18 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

7.19 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.20 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.21 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.22 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.23 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 As notas fiscais referentes as solicitações deverão ser emitidas em nome do:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ,

CEP: 28613-001.

8.2 Da liquidação da despesa:

8.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto nº 2493 de 07 de novembro de 2023.

8.3 Do pagamento da despesa:

8.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto nº 2480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

8.3.2 Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

8.3.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.3.5 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.3.6 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e

contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Federal 11.462/2023.

9.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a mesma documentação atualizada.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

9.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.10 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório,

deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em

juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.13 Da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;



- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.14 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.13 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

11.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- 11.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.14 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 10.15 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
- 11.3.1 advertência;
- 11.3.2 multa;
- 11.3.3 impedimento de licitar e contratar;
- 11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.16 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 10.17 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;
- 10.18 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.19 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 10.20 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

- 10.21 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 10.22 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 10.23 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 10.24 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.13** A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.13 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

13.1.1	Unidade Orçamentária	08 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
13.1.2	Programas de Trabalho:	08.002.04.122.00012.002 Manutenção dos Serviços Administrativos e Apoio à Execução dos Programas

13.1.3 Fonte de Recursos: 170500000017 - Royalties Estaduais

13.1.4 Natureza da Despesa: 33.90.30- 32 – Ferramentas Gerais

12.14 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.13 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.14 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo/RJ, 01 de agosto de 2024.

Luciana Brantes dos Santos Lima
Apoio Técnico - SMIL
Mat. 100.286

Ciente:

José Sebastião Rabello
Secretário de Serviços Públicos
Mat. 063.664

Bernardo Coelho Verly
Secretário Municipal de Obra
Mat. 062.009

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Gilcimar Cabral
Secretária Municipal de Infraestrutura e Logística
Matr.: 100.719